



## QUE BASES TEÓRICAS PARA OS ESTUDOS DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÕES?

**Edgard Rebouças**

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

Professor da Faculdade de Educação e Comunicação da Faesa (Vitória).

Coordenador do NP de Políticas e Estratégias das Comunicações da Intercom.

**Resumo:** Este estudo lança um olhar sobre as diversas abordagens teóricas utilizadas para as reflexões a respeito das políticas e estratégias de comunicações. O intrincado processo de relações e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais que cercam os objetos envolvidos em tal temática obriga os pesquisadores a visitarem vários campos do saber para fundamentarem suas análises. Passando sobre as perspectivas do espaço público, da teoria da regulação, do imperialismo cultural, da economia política clássica, das geopolíticas, da teoria dos jogos, do determinismo tecnológico, das indústrias culturais e da economia política da comunicação, este texto oferece alternativas para futurar pesquisas e para uma melhor solidificação desta importante área dos estudos da Comunicação.

**Palavras-chaves:** Indústrias culturais, Economia política das comunicações, Espaço público, Teorias.

Para a fundamentação das análises relativas a pesquisas desenvolvidas na área das políticas e estratégias de comunicações há a necessidade da composição de uma verdadeira receita, que utiliza ingredientes de vários campos, com suas áreas e disciplinas. Estabelecer um padrão de reflexão exige, primeiramente, uma reaproximação da Sociologia para a compreensão do papel de cada um dos atores sociais envolvidos: Estado, instâncias de regulação, empresários, organizações sociais e intelectuais. A Antropologia também precisa ser resgatada para observar o comportamento dos grupos de pressão e suas inter-relações. Para a apropriação dos conceitos de internacionalização, fim das fronteiras, global, local e *glocal* é preciso recorrer à Geografia e à Geopolítica. Além disso, para a compreensão das estratégias, são emprestadas da Economia as abordagens da teoria da regulação e da economia



política; e da Matemática, a teoria dos jogos. As Ciências Políticas colaboram com as observações sobre as políticas públicas, e o Direito com análise da regulamentação. Por fim, para completar o caldeirão conceitual que está ligado a esta temática, como a *pièce de résistance*, vem a contribuição de uma área de estudos genuína da ciências da Comunicação, a das indústrias culturais. Este artigo se pretende a abortar alguns desses pontos.

Diante de toda a complexidade que envolve as políticas de comunicações, os pesquisadores não podem mais se ater à visão engessada do público passivo diante do poder dos meios e dos sistemas. O que faria com que houvesse uma “proteção” estabelecida pelo Estado. As empresas nacionais do setor não levantam mais a bandeira das barreiras à entrada para produtos e investimentos estrangeiros, pelo contrário. Na atual conjuntura global, os novos meios e grupos de comunicação são menos rígidos, e têm uma grande facilidade de expansão e penetração devido aos avanços e “popularização” das tecnologias. Daí a necessidade de se repensar uma nova teoria para trabalhar com as potencialidades de tal problemática.

Há ainda um dilema a ser discutido por pesquisadores e epistemólogos para uma melhor fundamentação teórica dos conceitos relativos às políticas de comunicações, ele está no fato de tal problemática ser cercada de um lado pelas políticas culturais e de outro pelas políticas industriais. Ambas sustentadas por arcabouços teóricos estabelecidos no século XIX e rediscutidos ao longo do século XX. A influência das políticas culturais no âmbito das políticas de comunicações ocorre sobre as questões relativas ao conteúdo, como podemos acompanhar nas discussões a respeito da qualidade da programação das emissoras de TV, da quantidade de horas destinadas nas rádios para a música nacional etc. Quanto às políticas industriais, o poder de pressão é bem maior, já que envolve também uma estrutura industrial forte e apoiada por boa parte das políticas públicas - exemplos são a infra-estrutura de telecomunicações, os subsídios às fábricas de equipamentos, os empréstimos a fundo perdido etc.. A primeira está ligada às estratégias de atuação, regulamentação e a regulação do conteúdo, enquanto a segunda age sobre a tecnologia. Não pode ser esquecido ainda o contexto da produção e da distribuição de bens simbólicos e de capital. Essa vertente se aproxima dos estudos ligados à economia política da comunicação - segundo a tradição de anglo-canadenses, americanos, ingleses e australianos -, ou das indústrias culturais - conceito mais usado por franceses, franco-canadenses e espanhóis.



A maior parte da pesquisas se atém às consequências dos fenômenos em relação ao interesse social. Mas o que ocorre no “mundo real”, fora dos muros da academia, é uma supremacia dos interesses empresariais e comerciais prontamente atendidos pelos que tomam as decisões em relação ao estabelecimento e reformulação das políticas. E aqueles estudos mais centrados na análise crítica das tecnologias das comunicações sequer estão sendo levados ao conhecimento dos políticos, dos governantes, dos empresários e menos ainda da sociedade como um todo. Vem daí a necessidade de se trabalhar com a *estrutura* e não somente com a *conjuntura*. Entendendo aqui a estrutura do sistema social "como o conjunto de modelos culturais normativos institucionalizados no sistema e interiorizados na personalidade de seus membros" (BOBBIO, 2000, p. 446).

A Constituição Brasileira de 1988 abriu uma série de precedentes relevantes na história das relações sociais neste que é um dos países que mais explicita as desigualdades existentes na sociedade. Muitos estudos foram realizados sobre as consequências da chamada "Constituição Cidadã" nas áreas da Educação, da Saúde, da Administração Pública e da Economia, no entanto, foram poucas as contribuições na área da Comunicação Social. Faltam análises aprofundadas sobre o que representou - ou representaria - a nova Carta em relação aos meios de comunicação de massa - e interpessoais - e seus reflexos na sociedade, já que são tão presentes no cotidiano do cidadão brasileiro.

A falta de uma vontade política do Executivo Federal associada a interesses dos detentores do controle privado dos veículos de comunicação - entre eles, dezenas de parlamentares e governantes - faz como que a regulamentação de alguns enunciados constitucionais jamais passem de discussões vagas e infundáveis nas comissões e nos plenários da Câmara e do Senado. Dentro das conveniências conjunturais e dando prosseguimento a uma prática histórica, os interesses da sociedade, mais uma vez são deixados em uma posição secundária. Em 15 anos, o Estado mantém a tradição do que vem sendo registrado em seus 114 anos de República, e não se prontifica a estabelecer uma política nacional de comunicações clara e representativa.

Os resultados deste artigo devem servir como um alerta para que a cientificidade não seja deixada de lado, fazendo com que reflexões sobre uma temática tão rica acabem tendendo para que a ideologia tome o lugar da teoria e a polêmica o lugar destinado à pesquisa. O cientista precisa sempre lembrar-se de que fatos vão e voltam, mas teorias não, essas



permanecem. No entanto, seria muita pretensão querer propor uma receita de bolo metodológica que seja adequada para o estudo de uma linha de pesquisa que chama a atenção de tantos comunicólogos, cientistas sociais e políticos, economistas e juristas. Um dos objetivos iniciais desta pesquisa é o de retomar o caminho para uma melhor compreensão de problemáticas tão complexas e ao mesmo tempo tão carentes de suportes teóricos e epistemológicos.

Um dos problemas mais complexos na análise das indústrias culturais é o relativo à atribuição de valores aos bens produzidos pelo setor e também à própria indústria. Como são bens predominantemente de vocação simbólica, as regras de mercado, ainda vinculados aos modos de produção e de regulação fordista, não se aplicam tão facilmente ao setor como pregam técnicos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Valores como prestígio da empresa, programação de uma emissora de TV, tipo de concessão, estrutura técnica, patrimônio, faturamento, não podem ser colocados em um mesmo nível de análise e jamais poderão ter o mesmo peso no momento de uma negociação comercial, seja de um produto ou de uma empresa do setor das comunicações. No caso das indústrias culturais, os bens imateriais valem mais que os materiais. Ou seja, não interessa apenas o balanço financeiro. Mas ainda há investidores que estão mais preocupados com localização e a estrutura técnica. Enfim, cada caso é um caso, e não pode-se afirmar que haja uma estratégia definida a ser seguida. Os interesses são tão variados que, por exemplo, as Organizações Globo não se sentirão obrigadas a seguir a mesma cartilha utilizada pela News Corp., tampouco pela Disney. Mesmo se o ângulo de interesses for semelhante, ainda não há regras, talvez indicativos, mas não uma estratégia precisa que possa ser seguida como modelo pelos grupos de mídia. Da mesma forma que não há um manual para dizer como as organizações sociais devem se comportar diante dos fenômenos, nem tampouco uma ordenação global padronizada sobre qual o papel da classe política nesse jogo de interesses. Quanto aos intelectuais, estes ao menos têm um ideário, mas não necessariamente o seguem, mesmo que saibam que papel representam.

O que ainda não está claro para muitos pesquisadores, legisladores, empresários e tomadores de decisões é a natureza especial que envolve os processos ligados às indústrias culturais. Em uma entrevista falando sobre a necessidade da desregulamentação da radiodifusão nos Estados Unidos, o ex-presidente da Federal Communications Commission



(FCC) da era Reagan, Mark Fowler, explicou para os proprietários de emissoras que deveriam tratar seus programas de TV e seus espectadores como qualquer comerciante trata seus produtos e seus clientes, usando técnicas de mercado. É dele a célebre frase: “television is just another appliance. It’s a toaster with pictures”. Esta visão reducionista não leva em conta que esta “torradeira” move muito mais sentidos, efeitos, interesses e recursos do que qualquer outro “eletrodoméstico”.

O sociólogo Pierre BOURDIEU (1999), falando para um grupo de grandes empresários da mídia internacional, lembrou a figura dos pintores quatrocentistas que brigavam com as pessoas que encomendavam seus quadros "pour que son œuvre cesse d'être traitée comme un simple produit, évalué à la surface peinte et au prix des couleurs employées". Dentro da atual lógica defendida por muitos países - incentivados principalmente pelos Estados Unidos - junto à OMC, os produtos culturais perderão completamente seu valor simbólico, adquirido com muita dificuldade ao longo de séculos. Este é o mesmo grupo que prega a menor participação do Estado na regulação do setor das comunicações, sem levar em conta que mesmo que as regras de mercado funcionem relativamente bem para certos produtos industrializados, o modelo não se aplica com a mesma facilidade para bens culturais e/ou comunicacionais.

Em seu clássico ensaio de 1849, *Desobediência Civil*, Henry D. THOREAU diz que o que quer "não é a imediata ausência de governo, mas de imediato um governo melhor" (1984, p. 308). Tal posição pode ser confrontada com o abandono do papel do Estado na gestão de serviços destinados à população, sustentado pelo modelo da economia neoliberal de lucro máximo a um custo mínimo. Afirmar que deve haver um Estado menor, mais enxuto, que possa destinar atenção a setores mais essenciais, poderiam ser melhor discutidas partindo do princípio da necessidade de um melhor Estado.

Há três diferenças básicas entre a regulação do setor das comunicações e a dos demais setores da economia. A primeira é que tem uma influência muito grande sobre questões sociais, culturais e políticas; a segunda é a dificuldade que há para definir esta área de regulação como sendo unicamente econômica ou unicamente social; e a terceira está ligada ao fato de que suas consequências não afetam apenas a estrutura ou o funcionamento de uma empresa, mas a produção e o fluxo de idéias (NAPOLI, 2001, p. 12-13).



Diante deste quadro, há a necessidade imediata de se encontrar parâmetros de análise para as pesquisas sobre tais fenômenos. Como já foi dito, os intelectuais sabem que papel devem desempenhar, mas para que isso seja feito dentro dos critérios de cientificidade é preciso que saiam em busca de uma teoria mais sólida - ou um conjunto delas. No caso levantado pela problemática deste artigo, elas podem ser...

### **...pelo Espaço Público**

Todo processo da relação dos atores sociais entre si e visando influenciar as políticas no setor das comunicações está vinculado ao que acontece no interior do espaço público habermasiano. Não apenas aquele da esfera pública burguesa dos cafés e salões literários da Londres e da Paris dos séculos XVIII e XIX, mas sua nova dimensão, trazendo para o momento atual as dinâmicas e lógicas sociais, tendo as comunicações como um elemento bem mais presente do que na visão inicial do "jovem" HABERMAS<sup>1</sup>.

O próprio autor reviu muitas de suas posições em textos publicados no início dos anos 90, e chegou à conclusão de que os meios de comunicação são tão necessários às mudanças econômicas como nas discussões políticas, e que atualmente a sociedade civil é composta por grupos organizados vindos dos movimentos populares que acolhem, discutem e repercutem os problemas sociais da esfera privada de tal forma que se transformaram em um importante ator de pressão na esfera pública, e não mais uma variante do modelo descrito anteriormente (HABERMAS, 1997). A nova dimensão também revisa aquele ponto duramente criticado por John B. THOMPSON (1998, p. 72) de que a esfera pública burguesa se baseava no princípio de acesso universal, mas que "na prática estava restrita a indivíduos que tinham tido educação e meios financeiros para participar dela".

Outro ponto que mereceu avanços foi quanto à concepção de que o vácuo criado com a separação entre Estado e sociedade civil teria sido ocupado pelo espaço público. Nancy FRASER (1990, p. 75), em seu ensaio *Rethinking the public sphere* criticou e colaborou com o conceito habermasiano ao dizer que tal posicionamento criava o que ela chamou de "*weak public*, publics whose deliberative practice consists exclusively in opinion-formation and does

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Políticas e Economia da Comunicação**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



not also encompass decision-making". O que ela alertava é que como Habermas pregava uma aproximação da sociedade civil do parlamento, a medida que este ganhasse força diante do Executivo, o espaço público voltaria para o interior do Estado. Com um Legislativo soberano cria-se um "*strong public*, whose discourse encompasses both opinion-formation and decision-making. As a locus of public deliberation culminating in legally binding decisions (or laws), parliament was to be the site of discursive authorization of the use of state power" (FRASER, 1990, p. 75). Com o distanciamento que há hoje em dia entre a opinião pública e o Legislativo, já é preciso que alguém se habilite a *to rethink* Nancy Fraser.

A maneira como organizações sociais se apropriaram dos meios de comunicação - principalmente a internet - nos últimos anos tem dado um amplitude ainda maior ao antigo conceito de espaço público. O cidadão, antes um espectador, passa a ter a possibilidade de estar em cena e exercitar sua razão crítica, sem que com isso caia nas facilidades do determinismo tecnológico. Como lembra o pesquisador Gaëtan TREMBLAY (1990, p. 73), a pesquisa crítica deve "reconnaître ce double fondement du développement des médias, ce double rôle de constitution de la sphère privée comme de la sphère publique. C'est cette dualité qui a autorisé des systèmes d'organisation si différents de l'espace audiovisuel à l'intérieur de démocraties toutes authentiquement bourgeoises".

### **...pelas Políticas de Comunicações**

A discussão em torno dos conceitos ligados ao que é chamado aqui de políticas de comunicações tem como base as propostas iniciadas pela Unesco no final dos anos 60, a partir do debate sobre o fluxo das informações no mundo, em um momento em que a Guerra Fria dividia o planeta em duas partes. Em uma realidade que ainda era expressa em Leste e Oeste, a Unesco, que até então não se manifestava muito em termos políticos, passou a encabeçar uma rede internacional de debates sobre as diferenças históricas existentes entre os hemisférios Norte e o Sul, tendo como foco o uso dos meios de comunicação. Além do que já fazia a FAO, mais uma organização da ONU passava a olhar para o Terceiro Mundo. Aquela

---

<sup>1</sup> Um detalhe a ser destacado é que *Mudança estrutural da esfera pública* só veio a ser traduzido do alemão para outras línguas muitos anos depois de sua publicação em 1962: em 1978 para o francês, pela Payot; em 1984 no Brasil, pela Tempo Brasileiro; e somente em 1989 para o inglês, pela MIT Press.



parte do planeta que não se alinhava diretamente nem com o sistema capitalista americano/europeu nem com o comunista da União Soviética e seus aliados representava uma grande parcela da população. O Terceiro Mundo, segundo a Unesco, deveria ter sua própria voz como difusora de cultura, conhecimento e desenvolvimento<sup>2</sup>.

Diante dessa preocupação, a América Latina teve uma importância fundamental, pois a região já vinha servindo de laboratório da Unesco em seu projeto de associar comunicações a desenvolvimento. O Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina (Ciespal) já funcionava em Quito desde 1959 com o apoio da organização, e as discussões em torno de políticas públicas estavam adiantadas, tendo se intensificado nos anos 70 com levantamentos encomendados a pesquisadores da região<sup>3</sup> a partir de princípios lançados em Paris, em 1972. Em um dos primeiros textos publicados no Brasil sobre o tema - se não o primeiro - no número 1 da revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Abepec), pode ser encontrado o relatório do seminário realizado na sede da Unesco, onde se lê: "las políticas de comunicación son series de principios y de normas establecidos para orientar el comportamiento de los sistemas de comunicación" (UNESCO, 1975, p. 42).

Com base nos ensaios que tiveram a região como cobaia, chegou-se à Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina e Caribe, realizada na Costa Rica, em julho de 1976. Dessa reunião saiu a Declaración de San José, onde os países que a assinam declaravam:

"(...) Que establecer planes y programas para el uso extensivo y positivo de los medios de comunicación dentro de las políticas de desarrollo debe ser responsabilidad conjunta del Estado y los miembros de la sociedad;

"Que las políticas nacionales de comunicación deben concebirse en el contexto de las propias realidades, de la libre expresión del pensamiento y del respeto a los derechos individuales y sociales;

"Que las políticas de comunicación deben contribuir al conocimiento, comprensión, amistad, cooperación e integración de los pueblos, en un proceso de identificación de anhelos y necesidades comunes, respetando las soberanías nacionales, el principio jurídico internacional de no intervención entre los Estados y la pluralidad cultural y política de las sociedades y los hombres, en la perspectiva de la solidaridad y la paz universales; (...)" (UNESCO, 1976).

---

<sup>2</sup> Se anteciparam assim ao que os Titãs iriam cantar 20 anos depois, em 1987: "a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte" (ANTUNES, FROMER, BRITO).

<sup>3</sup> No Brasil, o relatório *Communication policies in Brazil* ficou a cargo dos professores Nelly de CAMARGO e Virgílio Noya PINTO (1975), tendo sido complementado por Cremilda MEDINA (1981) com o texto *Políticas nacionales de comunicación: Brasil*, a pedido do Ciespal.



Todos estes princípios eram muito louváveis no papel, mas diante da realidade latino-americana de ter na época a maioria de seus países sob ditaduras militares, as intenções da Unesco pareciam algo muito distante de ser colocado em prática. Contudo, foi a partir da Declaração de San José e da resolução nº 100 da 19ª Conferência-geral da Unesco, em Nairobi, também em 1976, que saiu a base para o início dos trabalhos da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Ela teria a missão de fazer um exame geral dos problemas relativos à Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic).

Para presidir as atividades da comissão foi convidado o prêmio Nobel (1974) e Lenin (1977) da Paz, Sean McBride, herói da independência da Irlanda e fundador da Anistia Internacional. Os quatro principais objetivos da Comissão McBride, como passou a ser chamada, eram 1) fazer um levantamento do estado atual das comunicações no mundo; 2) analisar o problema do fluxo de informações e quais as necessidades dos países do Terceiro Mundo em relação a isso; 3) saber como a Nomic poderia ser criada diante de uma também Nova Ordem Econômica Internacional; e 4) como os meios de comunicação poderiam se tornar instrumentos para formar uma opinião pública sobre os problemas mundiais. Foram elaborados 100 documentos, e os relatórios preliminares mostravam que o mundo ocidental era o maior vilão em todo o processo. Entre as 82 recomendações do relatório final, que foi apresentado em abril de 1980, as mais contundentes eram em relação à democratização da comunicação, alertando para a ênfase que era dada nas questões comerciais em lugar das sociais, para a oligopolização dos grupos de mídia, o crescimento de empresas transnacionais e o fluxo informacional vertical de mão única do Norte para o Sul; fatores que distanciavam a sociedade do processo comunicacional, fazendo com que permanecesse em um papel de passividade.

O que aconteceu foi um grande impasse político internacional. Em um momento crítico da Guerra Fria, o Relatório McBride acabou sendo acusado de ser "*soviet-inspired*". Na análise de Armand MATTELART (1998), o que pôde ser observado foi que "*intransigente jusqu'a l'extrême, l'Amérique reaganienne cherche à imposer à tout prix sa doctrine intangible du Free Flow of Information. Quant aux pays du bloc communiste, ils brouillent les pistes, épousant la demande légitime d'émancipation culturelle du Sud*" (p. 73).



O fato de o relatório propor o estabelecimento de um processo de regulação fez com que governo e empresas americanas se sentissem afrontados, já que historicamente se apoiam na Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos para a manutenção da doutrina do *laissez-faire* em termos de comunicações. Mas o principal argumento usado foi a interpretação de que o Relatório McBride feria o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

"Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras" (ONU, 1948).

Resultado: Estados Unidos e Inglaterra se manifestaram publicamente contra a Unesco, alegando que o relatório da Comissão McBride atendia somente aos interesses dos soviéticos e de ditadores do Terceiro Mundo, e que estavam querendo limitar a liberdade de opinião e expressão das empresas ligadas aos países desenvolvidos. O documento passou a ter um papel meramente de recomendação para os países que quisessem elaborar uma política democrática de comunicações. Em 1984, o governo americano se desligou oficialmente da Unesco. O retorno dos Estado Unidos à organização só aconteceu em setembro de 2002. Mas, sem dúvida, mesmo que não tenha alcançado seus objetivos, o Relatório McBride serviu para colocar a questão da democratização na pauta mundial da academia, dos governos e das empresas.

Muitos autores, de vários países, já trabalharam com a definição do conceito das políticas de comunicações. As colaborações apresentadas a seguir parecem as mais adequadas, sendo que são de três latino-americanos. O pesquisador boliviano Luis Ramiro BELTRÁN (1982, p. 7), que desempenhou um importante papel na defesa das idéias contidas nesse conceito, pois já em 1971 fez parte daquela primeira comissão de especialistas formada pela Unesco para a elaboração de um documento internacional sobre o tema, explica:

"Una política Nacional de Comunicación es un conjunto integrado, explícito y duradero de políticas parciales de comunicación armonizadas en un cuerpo coherente de principios y normas dirigidos a guiar la conducta de las instituciones especializadas en el manejo del proceso general de comunicación de un país".

Uma outra definição que chama a atenção é a do pesquisador argentino Joege Daniel COHEN (1988, p. 69):



"La Política Nacional de Comunicaciones puede definirse como el 'Conjunto de normas, principios y prácticas sociales relacionadas con la administración, organización y funcionamiento de los recursos humanos y técnicos para orientar el sistema comunicacional de un país'.

"De modo que la política contempla no sólo las normas jurídicas, sino también los principios del sistema y las prácticas sociales".

Já o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sérgio CAPPARELLI (1997), associa o conceito de política cultural para falar de comunicação:

"Para descrever esse tipo de estudo, não raro com um conteúdo fortemente ideologizado, poderíamos adaptar a conceituação que Teixeira Coelho faz para política cultural, 'entendida habitualmente com o programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer às necessidades culturais da população e satisfazer o desenvolvimento de suas representações simbólicas' 'Neste caso, basta substituir o termo cultura por comunicação e temos um conceito de política de comunicação (...)".

As três definições são muito claras e se complementam. O grande problema do uso do conceito está no fato de que os estudos em torno das políticas e estratégias de comunicações ainda carecem de uma base teórica e de uma metodologia consistentes. Um dos principais autores da área da comunicação internacional, Hamid MOWLANA (1976, p. 476) ressalta que a grande quantidade de estudos e pesquisas sobre os sistemas de comunicação de massa oferece um significativo conjunto de informações, mesmo desconsiderando as deficiências das observações em termos de abordagens e metodologias, em seu ponto de vista, um lado negativo é que os trabalhos são muito descritivos.

Outro pesquisador que observa o mesmo problema é o professor Robert WHITE (1985, p. 119), ao dizer que os pesquisadores críticos devem reconhecer as possíveis inconsistências e limitações de seus próprios conceitos:

“Um problema mais perigoso - e um problema que diz respeito especialmente a pesquisadores de comunicação e aos que desempenham essa política - é que alguns dos maiores modelos de política que se dizem a base para desenvolver comunicações mais democráticas e que são as diretrizes reais para a política atual, incorporam muitíssimas contradições e inconsistências”.

O alerta de Robert White foi dado há quase 20 anos, mas até hoje ainda é preciso estar atento, principalmente em um mundo que de lá para cá atravessou uma série de modificações, inclusive paradigmáticas. Pouco depois da queda do Muro de Berlim, na literatura acadêmica ainda havia aqueles que insistiam em manter um discurso combativo, muitas vezes



dogmático, em lugar de refletirem e debaterem sobre a nova realidade. Direcionando um texto exatamente para estes pesquisadores, o professor José MARQUES DE MELO (1992, p. 46) viria a defender que não há mudança na retórica sem que haja uma alteração na postura acadêmica, conselho que se aplica também a muitos estudiosos ligados à vertente teórica que será exposta a seguir.

“Pero no se muda la retórica, sin que haya una alteración de postura académica. Y necesariamente ese cambio de actitud presupone la distinción entre el trabajo de investigación y la militancia política.

"Es necesario ver con atención, en el caso latinoamericano, las experiencias de investigación-denuncia, investigación-acción, investigación-participación. Son alternativas marcadas por la coyuntura de resistencia al autoritarismo de los años 70 y 80, aunque desgastadas por las distorsiones metodológicas de los investigadores ingenuamente convertidos en misionero de causas nobles, tornándose cómplices de una desvalorización de la actividad científica”.

### **...pela Economia Política Clássica**

O diretor da Faculdade de Comunicação da UnB, Murilo César Ramos, ao sugerir um ponto de partida para os estudos relativos às políticas de comunicações, costuma lembrar a pista dada pela principal fonte do caso Watergate, o até hoje desconhecido Deep Throat: "Follow the money". O que se tratava de um complexo caminho para saber como o dinheiro de campanha de reeleição de Richard Nixon havia chegado na conta dos invasores do escritório de Washington do Partido Democrata, em 1972, pode dar a mesma base para compreender como vem sendo o comportamento dos grupos de mídia ao longo de sua evolução. Os interesses comerciais extrapolam os limites das empresas de comunicação na busca do lucro e se infiltram no intrincado conjunto de corredores da burocracia, passando tanto pelo poder Executivo, como pelo Judiciário e, sobretudo, pelo Legislativo.

No entanto, por mais que as estratégias empresariais representem o principal peso na movimentação dos atores sociais, não se deve esquecer que "the history of modern communications media is not only an economic history of their growing incorporation into a capitalist economic system, but also a political history of their increasingly to the exercise of full citizenship" (GOLDING; MURDOCK, 2000, p. 76). Outro encaminhamento dado pelos pesquisadores ingleses é que há quatro pontos marcantes para a distinção entre o estudo das



políticas e estratégias no campo das comunicações e a abordagem economicista: primeiramente, a área dos sistemas de comunicações é holística; em segundo lugar, é histórica; em terceiro, é direcionada para o equilíbrio entre o setor privado e a intervenção do Estado; e finalmente, ainda segundo Peter Golding e Graham Murdock, "perhaps most importantly of all, it goes beyond technical issues of efficiency to engage with basic moral questions of justice, equity and the public good" (GOLDING; MURDOCK, 2000, p. 73).

Os sistemas de comunicações se desenvolvem dentro de sua própria lógica, cheia de procedimentos, exigências e normas; o lucro é somente um desses aspectos.

O ponto chave das mudanças que acabaram também chegando às empresas de comunicações foi a crise do petróleo no início dos anos 70. A partir daquele momento, com a ameaça de uma inflação fora de controle e perdas financeiras incalculáveis, governos e empresas se viram obrigados a uma mudança radical em suas políticas e estratégias sem que tivessem o preparo adequado para isso. Para que fossem mantidas as estruturas, foi necessária uma reestruturação no modo de produção e nas relações capital e trabalho; a expansão de mercados em outros países e; principalmente, o implemento de subsídios dos Estados para aumentar a produtividade e competitividade de empresas nacionais, em detrimento de projetos sociais. Os reflexos estão sendo sentidos agora.

O estopim da crise do petróleo também afetou a academia e a produção de análises sobre os desdobramentos que tal fenômeno provocariam na sociedade. O ponto de vista economicista, principalmente marxiano, sobre os sistemas de comunicações começou a ser exposto pouco-a-pouco nos estudos clássicos de Herbert SCHILLER (1976), Heinz-Dietrich FISHER e John C. MERRILL (1976), Nadine TOUSSAINT (1979), Armand MATTELART (1976), Kaarle NORDENSTRENG e Tapio VARIS (1973), Hamid MOWLANA (1976), Luis Ramiro BELTRÁN e Elizabeth FOX DE CARDONA (1980) entre outros. Na França, um grupo formado pelos economistas Michel Aglietta, Robert Boyer, Yves Saillard e outros começou a sistematizar e veio a ser de chamado de *École française de la régulation*. O problema é que muitos dos aspectos sociais, políticos, culturais e da própria comunicação acabavam sendo deixados de lado.

Nos anos 80, o Estado resolveu também reestruturar o setor das comunicações, foi então registrado o início dos processos de desregulamentação - ou de re-regulação como seria mais apropriado - na Europa e nos Estados Unidos. Tal política, como destaca a professora



Anamaria FADUL (1998), deu origem aos processos de "concentração e diversificação, permitindo o surgimento de grandes conglomerados de grupos multimídias, que passaram a produzir e distribuir seus produtos em uma escala planetária sem similar" (p. 78). Na nova onda vieram mais visões economicistas, agora aliadas a questões culturais, com textos de Noan CHOMSKY e Edward HERMAN (1988), Ben BAGDIKIAN (1993), Jeremy TUNSTALL e Michael PALMER (1991) e seus seguidores.

Cada geração de pesquisadores com uma visão economicista se sente influenciada pela necessidade de tentar criar alternativas para a economia clássica ao trabalhar com as temáticas comunicacionais, mas não conseguem se afastar da ortodoxia canônica.

### **...pelas "Novas" Tecnologias**

O final dos anos 80 e a primeira metade dos 90 foi o ápice do pensamento voltado para o determinismo tecnológico. Diante da febre em relacionar todos os fenômenos das comunicações à questão da técnica, o pesquisador inglês Nicholas GARNHAM<sup>4</sup> viu que era necessário estabelecer uma base de análise alternativa para as políticas e as estratégias, definindo as comunicações como um "system for the production, distribution and appropriation of symbolic forms (...) based on the development and deployment of technologies of communication" (citado por RABOY, 2002, p. 6).

Parece não estar claro que não é a tecnologia que determina as lógicas sociais. Vários autores já debateram sobre isso tendo como base a teoria da *Onda Larga*, de Nikolai KONDRATIEFF<sup>5</sup>. Na década de 20, o economista soviético estabeleceu o conceito de ciclos para explicar por que o capitalismo iria enfrentar graves crises econômicas em ciclos de cerca de 50 anos. Tal teoria foi ressuscitada pelos pesquisadores Peter HALL e Paschal PRESTON (1990, p. 23-26) como uma análise alternativa diante das inovações tecnológicas e da nova conjuntura apresentadas nos anos 80. A teoria original prega basicamente que as mudanças ocorridas nas tecnologias acompanham as ondas largas, mas não as desencadeiam, já que as novas tecnologias só podem ser aproveitadas se houver mudanças nas condições econômicas.

---

<sup>4</sup> GARNHAM, Nicholas. *Emancipation, the media and modernity: arguments about the media and social theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 3.

<sup>5</sup> KONDRATIEFF, Nikolai D. Die langen wellen der konjunktur. *Archiv für Sozialwissenschaft*, n. 56, 1926, p. 105-115.



Manuel CASTELLS (2000, p. 25) usa a revolução da tecnologia como ponto de partida para a análise da sua *Sociedade em rede*, alegando que tampouco é a sociedade quem define as transformações tecnológicas. Elas estão vinculadas a uma série de fatores complexos que não são tão facilmente identificáveis ou mensuráveis. "Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é provavelmente um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas", lembra o pesquisador espanhol. Ao seguir as pistas deixadas pelo canadense Marshall McLUHAN (1996) na década de 60, com sua visão de *aldeia global*, Castells dá a ilusão de que a democratização virá com a facilitação do acesso, sendo que este é um ponto altamente questionável.

É importante lembrar o papel que o Estado tem sobre esse processo. Em nome do interesse público, ou atendendo a interesses empresariais, pode estabelecer ou não políticas de desenvolvimento tecnológico. Com isso, fazer com que a sociedade tenha acesso às inovações, o que certamente mudará seu modo de vida. Foi assim com as estradas de ferro, com a luz elétrica, com o telégrafo, o telefone... enfim, uma série de tecnologias que se vincularam intimamente às práticas sociais. Fenômeno que acabou dando uma importância excessiva aos detentores do sistemas de conhecimento e de produção tecnológica.

Não se sabe ainda se isso tudo está gerando uma nova estrutura social ou se a sociedade está se adaptando, como sempre o fez historicamente. O que pode ser analisado, isto sim, é o surgimento de novos modos de produção, de circulação, de consumo e de regulação; a passagem do fordismo para o pós-fordismo - ou "gatessismo"<sup>6</sup>.

Não se pode cair na armadilha de, diante da velocidade com que evoluem as tecnologias, querer tratar de políticas e estratégias de comunicações somente por este prisma, como vem ocorrendo em muitos estudos ligados ao setor. A pauta mais recente é a escolha do padrão da televisão digital. O tema tem sido abordado como se fosse apenas vinculado a uma troca de aparelho, o velho pelo novo, mais ou menos como foi na passagem da TV em P&B para a TV em cores nos anos 70. A questão deve envolver análises muito mais profundas do que se a opção será pelo modelo americano, europeu, japonês, chinês ou até brasileiro.

---

<sup>6</sup> Conceito que vem sendo desenvolvido por Gaëtan TREMBLAY (1995) atribuindo a Bill Gates, protagonista da nova economia nos anos 90, a imagem ideal para representar aquilo que foi Henry Ford nas primeiras décadas do século XX.





Anamaria FADUL, em 1986 (p. 151), já alertava que é preciso enfrentar a questão de se pensar políticas de comunicações considerando o fenômeno de um ponto de vista global e não mais de forma fragmentada. "Não tem mais sentido se analisar somente o aspecto técnico ou econômico do problema. As questões políticas, sociais e culturais não representam aspectos menores ou irrelevantes no delineamento dessas Políticas".

No entanto, esta não é uma tarefa fácil. Como já foi dito aqui, o dilema teórico está no fato de a maior parte dos estudos de políticas culturais estarem preocupados com a regulação do conteúdo, enquanto os de políticas empresariais ficam presas à regulação tecnológica. A tendência acaba sendo um direcionamento para a segunda opção. Um dos principais estudiosos das ciências da Comunicação, Denis McQUAIL (1986, p. 15), em um artigo questionador - *Is media theory adequate to the challenge of new communications technologies?*- argumenta que "the new media are likely to be less monolithic, but they are still likely to be relevant for the exercise of power, as source and carriers of information of potential value for instrumental uses and rational calculation".

O fato é que os setores ligados ao capital se empenham cada vez mais em pesquisas ligadas às "novas" tecnologias. Enquanto isso, a maior parte das pesquisas acadêmicas continuam atreladas às consequências dos fenômenos tecnológicos em relação à produção de sentidos por parte do receptor. O que ocorre é que os interesses socioeconômicos acabam sendo deixados de lado pelos pesquisadores, sendo que é este ponto o que tem mais interesse para os que estabelecem as políticas de comunicações.

### **...pelas Indústrias Culturais e Economia Política da Comunicação**

Outra questão conceitual, e não puramente semântica, volta à tona por causa da utilização no plural da expressão criada por Theodor W. ADORNO e Max HORKHEIMER (1974, p. 129-176). Da mesma forma que a adequação necessária de *comunicação* para *comunicações*, o conceito difundido pelos frankfurtianos a partir de 1947 ganhou novos elementos de análise e evoluiu. A readequação começou a ser feita a partir do momento em que os textos dos principais pensadores da Escola de Frankfurt passaram a ser traduzidos do alemão nos anos 70. E a partir daí, serem utilizados como alternativa paradigmática pelos pesquisadores das Ciências Sociais. Mas a sociedade e os meios de comunicação mudaram



muito. E uma das principais modificações foi que os processos de produção, antes desprezados, ganharam uma especial importância de análise com o passar de quase 30 anos. Como destaca Gaëtan TREMBLAY (1997, p. 12) não se poderia mais tratar o conceito como relacionado a um único processo:

"De nouveaux médias se sont développés, au premier rang desquels la télévision, et la marchandisation de la culture s'est fortement accentuée. Or, la connotation des termes 'industries culturelles' se déplace. Tout d'abord, on utilise le pluriel plutôt que le singulier, désignant par là une pluralité de secteurs économiques davantage qu'un processus unique".

O primeiro trabalho publicado com análises dentro dessa nova perspectiva foi o livro *Capitalisme et Industries culturelles*, de 1978, com base em pesquisas dos economistas e sociólogos Armel HUET, Jacques ION, Alain LeFEBVRE, Bernard MIÈGE e René PÉRON (1984), ligados ao curso de Comunicação da Université Grenoble 3, na França. Para eles, as indústrias culturais não estavam ligadas a uma só lógica como diziam os frankfurtianos, mas a uma série de elementos complexos, com dinâmicas e regras diferenciadas. A partir daí, estabeleceram parâmetros para a análise com base na organização do trabalho, nas características dos conteúdos, na forma de institucionalização, na horizontalização e verticalização da produção e da circulação, e pela apropriação dos usuários. Enfim, mostraram que a comunicação e a cultura estão vinculadas às mesmas regras básicas da economia capitalista. Na sequência, em 1980, foi lançado *Les Industries de l'imaginaire*, de Patrice FLICHY, onde o pesquisador começa a analisar as estruturas empresariais e as estratégias dos atores ligados ao setor. O ponto de vista que antes era ético-filosófico - de Frankfurt -, passa a ser socioeconômico.

O estudo das indústrias culturais se difundiu com facilidade entre aqueles pesquisadores críticos que se baseavam na economia política clássica e queriam analisar os fenômenos recentes das privatizações na Europa, da utilização de novas tecnologias, das lógicas sociais e das estratégias de atores. Esta perspectiva passou então a ser observada nos textos dos espanhóis Enrique BUSTAMANTE (1990) e Miguel de MORAGAS SPÀ (1995), do italiano Giuseppe RICHERI [199-], dos quebequenses Gaëtan TREMBLAY e Jean-Guy LACROIX (1991), e com certos indícios em textos dos ingleses Nicholas GARNHAM, (1995 e 2000) e Graham MURDOCK (1990 e 2000), que vinham de outra tradição, vinculada à economia política e aos *Cultural Studies*.



O que se aproxima desta abordagem são as pesquisas do americano, mas radicado em Ottawa, Vincent MOSCO, sobretudo em seu estudo maior *The political economy of communication: rethinking and renewal*, de 1996, mas também, já em 1984, com *Policy research in telecommunications*, e em suas publicações em parceria com Janet WASKO, *The critical communication review*, também em 1984, e *The political economy of information*, de 1988. No conjunto de sua obra até hoje, o sociólogo parece ter conseguido reunir todas as conceitualizações buscadas até agora para a compreensão das relações de poder em torno das políticas de comunicações em três únicas frases bem objetivas. Falando em *economia política da comunicação*, e não do uso da economia política clássica, ele define:

"The study of *the social relations, particularly the power relations, that mutually constitute the production, distribution, and consumption of resources*. (...) Moreover, political economy tends to concentrate on a specific set of social relations organized around power or the ability to control other people, processes, and things, even in the face of resistance. (...)

"A far more general and ambitious definition of political economy is *the study of control and survival in social life*" (MOSCO, 1996, p. 25-26).

Como base nesta definição, ele elaborou um quadro teórico com três processos concomitantes de abordagem: *commodification*, *spatialization* e *structuration*. O primeiro processo possibilita observar como o capitalismo faz sua acumulação de capital e tem lucros por meio da transformação das necessidades de consumo de informação em valor de mercadoria. A abordagem da *commodification* está vinculada às classes dominantes, os proprietários de empresas de comunicações, aos índices de audiência como mercadoria e ao lobby sobre o governo.

O segundo ponto da teoria de Mosco - *spatialization* - está ligado ao processo de mudanças de espaço e tempo; de como as empresas do setor se movimentam vertical e horizontalmente formando conglomerados de mídia. E a visão da *structuration* oferece um marco para a análise das agências reguladoras, as relações e práticas sociais sejam por classe, gênero ou raça, e, por fim a sociedade civil organizada.



## Conclusões

Como foi observado, para que se possa fazer uma análise aprofundada dos fenômenos ligados às políticas e estratégias de comunicações é necessário o uso de teorias e metodologias as mais variadas. A que tem se mostrado mais apropriada para os estudos recentes desenvolvidos em âmbito internacional é a da junção das abordagens levantadas pela economia política da comunicação em associação com as dos estudos culturais - não do ponto de vista unicamente britânico, mas também latino-americano -, levando as pesquisas na área a se inserirem nas perspectivas dos estudiosos das indústrias culturais.

No entanto, nesta área, há acontecimentos tão inesperados que forçam a um constante repensar das teorias e suas aplicações. O que os pesquisadores precisam fazer, é tentarem ao máximo solidificar seus estudos em conceitos teóricos claros. Já é momento de dar um basta ao fato de as pesquisas ficarem reféns da conjuntura, sem terem tempo de compreenderem a estrutura. Mesmo sendo um objeto em constante movimentação, os fenômenos ligados às políticas e estratégias de comunicações oferecem proposições de pesquisa mensuráveis e testáveis. Cabe aos pesquisadores não buscarem somente conclusões, mas caminhos.

## Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 287-295.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **La raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1974.
- BAGDIKIAN, Ben. **O monopólio da mídia**. São Paulo: Scritta, 1993.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. "No renunciemos jamas a la utopia", **Chasqui**, n. 3, abr./jun. 1982, p. 5-18. Entrevista concedida a Patricia Anzola.
- BELTRÁN, Luis Ramiro; FOX DE CARDONA, Elizabeth. **Comunicación dominada: Estados Unidos em los medios de América Latina**. México: Ilet/Nueva Imagem, 1980.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2 v., 5. ed., Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000.



- BOURDIEU, Pierre. Maîtres du monde, savez-vous ce que vous faites? In: RÉUNION ANNUELLE DU CONSEIL INTERNATIONAL DU MUSÉE DE LA TÉLÉVISION ET DE LA RADIO, 11 out. 1999, Paris. Disponível em: < <http://www.pages-bourdieu.fr.st/>>.
- BOYER, Robert. L'après-consensus de Washington: institutionnalisme et systémique? **L'Année de la régulation**. Paris: Sciences Po, n. 5, 2001-2002, p. 13-56.
- BOYER, Robert; SAILLARD, Yves. **Théorie de la régulation**, l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 2002.
- CAMARGO, Nelly; NOYA PINTO, Virgílio B. **Communication policies in Brazil**. Paris: Unesco, 1975.
- CAPPARELLI, Sérgio. . Das políticas de comunicação à comunicação política (e vice versa), **PreTextos**. Salvador: Compós, 8 dez. 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1 - A sociedade em rede. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHOMSKY, Noan; HERMAN, Edward S. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon, 1988.
- COHEN, Joege Daniel. Políticas de comunicación, **Chasqui**. Quito: Ciespal, n. 28, oct.-dic. 1988, p. 69-74.
- FADUL, Anamaria (Org.). **Novas tecnologias de comunicação**. São Paulo: Summus, 1986, p. 109-117.
- \_\_\_\_\_. A internacionalização da mídia brasileira. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 30, p. 67-91, 1998.
- FISHER, Heinz-Dietrich, MERRILL John C., **International and intercultural communication**. New York: Hasting, 1976.
- FLICHY, Patrice. Les industries de l'imaginaire. Paris/Grenoble: INA/PUG, 1980.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere. **Social Text**. New York: Duke Univ. Press, n. 25-26, 1990, p. 56-80.
- GARNHAM, Nicholas. Economic, institutional and cultural barriers to convergence. In: LACROIX, Jean-Guy; TREMBLAY, Gaëtan (Org.). **Les autoroutes de l'information: un produit de la convergence**. Québec: Presses de l'Univ. du Québec, 1995, p. 41-48.
- GENTILI, Anna Maria. Antropologia política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. v. 1, Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 45-49.



- GUERRIEN, Bernard. **La théorie des jeux**. 3. ed., Paris: Economica, 2002.
- GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham. Culture, communications and political economy. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael. **Mass media and society**. 3. ed. London/New York: Arnold/Oxford, 2000, p. 70-92.
- GORE, Al. A reforma das telecomunicações. **Tendências XXI**, n. 1, Lisboa: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, mar. 1996, p. 137-138.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Droit et démocratie**. Paris: Gallimard, 1997.
- HALL, Peter, PRESTON, Paschal. **La ola portadora**: nuevas tecnologías de la information y geografía de las innovaciones 1846-2003. Madrid: Fundesco, 1990.
- HUET, Armel; ION, Jacques; LEFEBVRE, Alain; MIÈGE, Bernard; PÉRON, René. **Capitalisme et industries culturelles**. 2. ed. Grenoble: PUG, 1984.
- MARQUES DE MELO, José. Autocrítica para el rescate del Nomic, **Chasqui**. Quito: Ciespal, n. 41, abr. 1992, p. 46-51.
- McBRIDE, Sean. **Um mundo muitas vozes**: comunicação e informação na nossa época. FGV: Rio de Janeiro, 1983.
- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- McQUAIL, Denis. Is media theory adequate to the challenge of new communications technologies? In: FERGUSON, Marjorie (Org.). **New communication technologies and the public interest**: comparative perspective on policy and research. London: Sage, 1986, p. 1-17.
- MATTELART, Armand. **Multinacionais e sistemas de comunicação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1976.
- \_\_\_\_\_. **La mondialisation de la communication**. 2. ed. Paris: PUF, 1998.
- MOSCO, Vincent (Ed.). **Policy research in telecommunications**. Norwood (NJ): Ablex, 1984.
- \_\_\_\_\_. **The political economy of communication**: rethinking & renewal. London: Sage, 1996.



MOSCO, Vincent; WASKO, Janet (Ed.). **The critical communication review**. . Norwood (NJ): Ablex, 1984. (Volume II: changing patterns of communications control).

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Ed.). **The political economy of information**. Madison (WI): The University of Wisconsin Press, 1988.

MOWLANA, Hamid. A paradigm for comparative mass media analysis. In: FISHER, Heinz-Dietrich, MERRILL John C., **International and intercultural communication**. New York: Hasting, 1976, p. 474-484.

MURDOCK, Graham. Redrawing the map of the communications industries: concentration and ownership in the era of privatization. In: FERGUSON, Marjorie (Ed.). **Public communication: the new imperatives**. London: Sage, 1990, p. 1-15.

NAPOLI, Philip M. **Foundations of communications policy: principles and process in the regulation of electronic media**. Cresskill (NJ): Hampton, 2001.

NORDENSTRENG, Kaarle; VARIS, Tapio. The nonhomogeneity of the national state and the international flow of communication. In: GERBNER, George, GROSS, Larry P., MELODY, William H. **Communications technology and social policy: understanding the new "cultural revolution"**. New York: John Wiley & Sons, 1973, p. 393-412.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. ONU, 1948.

RABOY, Marc (Ed.). **Global media policy in the new millennium**. Bedfordshire: Un. Luton, 2002, p. 251-260.

REBOUÇAS, Edgard. Por uma perspectiva comparativa eficiente no estudo de políticas e sistemas nacionais e internacionais de comunicações. **Anais do 23. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Manaus, set. 2000.

\_\_\_\_\_. **Grupos de pressão e de interesse nas políticas e estratégias de comunicações: um estudo de caso dos atores sociais no Brasil e no Canadá**. Tese (Doutorado em Comunicação Social), UMESP, São Bernardo do Campo, 2003.

RICHERI, Giuseppe. Sobre la convergencia entre telecomunicaciones y television. **Diálogos de la comunicación**. Lima: Felafacs, n. 36, [199-], p. 31-46.

SCHILLER, Herbert I. **O império norte-americano da comunicações**. Petrópolis: Vozes, 1976.





- SMYTHE, Dallas. **The structure and policy of electronic communications**. Urbana: Univ. of Illinois Press, 1957.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOREAU, Henry David. **Walden ou a vida no bosques e a Desobediência civil**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.
- TOUSSAINT, Nadine. **A economia da informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TREMBLAY, Gaëtan . The information society: from Fordism to Gatesism. **Canadian Journal of Communication**, Calgary, v. 20, 1995, p. 461-482.
- \_\_\_\_\_. Les médias entre la sphère privé et l'espace public. In: MIÈGE, Bernard (Org.). **Médias et communication en Europe**. Grenoble: PUG, 1990, p. 69-77.
- \_\_\_\_\_. La théorie des industries culturelles face aux progrès de la numérisation et de la convergence. **Sciences de la Société**. Toulouse: PUM, n. 40, fev. 1997, p.11-23.
- TREMBLAY, Gaëtan; LACROIX, Jean-Guy. **Télévision: deuxième dynastie**. Québec: Presses de l'Univ. du Québec, 1991.
- TUNSTALL, Jeremy; PALMER, Michael. **Media moguls**. London: Routledge, 1991.
- TURPIN, Etienne. Lesson from game theory for telecommunications, **Reseaux**. Paris: CNET, v. 6, n. 1, 1998, p. 15-38.
- UNESCO. Políticas y planeamiento de la comunicación. **Revista da Abepec**, v. 1, n. 1, Brasília, 1975, p. 36-59.
- \_\_\_\_\_. **Decraración de San José**. San José: Unesco, jul. 1976.
- WHITE, Robert. Contradições nas políticas contemporâneas de comunicação democrática. **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: Cebela/UFRJ, v. 3, n. 1-4, jan.-dez. 1985, p. 110-128.